

Dívidas estaduais serão renegociadas

Pública

GOVERNO FEDERAL ACEITA A PROPOSTA, MAS VAI EXIGIR EM TROCA UM PLANO DE ESTABILIZAÇÃO DOS ESTADOS

O presidente Fernando Henrique Cardoso aceitou renegociar as dívidas bancárias, contratuais e mobiliárias dos Estados dentro de um quadro de ajuste fiscal, afirmou ontem um importante líder governista com bom trânsito no Palácio do Planalto. Segundo o mesmo líder, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi autorizado a negociar "caso a caso" essas dívidas e vai pedir, se a renegociação tiver algum custo para o Tesouro, que os governadores se comprometam com a adoção de algumas medidas para reequilibrar as finanças estaduais. A idéia é exigir "um plano de estabilização" para cada Estado que deseje renegociar suas dívidas com a ajuda do governo federal.

As medidas incluirão o corte de gastos, aumento do esforço de arrecadação, a privatização de empresas e maior abertura para a parceria com o setor privado, por meio do sistema de concessões. O ajuste dos governos estaduais e prefeituras precisa ser feito com urgência, segundo o líder, porque o comportamento das contas estaduais e municipais está comprometendo as metas que o governo federal definiu para o déficit do setor público para este ano.

Ao ajudar os Estados a sair da atual situação de "estrangulamento" financeiro, o governo agiria como o Fundo Monetário Internacional (FMI) age com os países em dificuldades: aceita ajudar, desde que o país se comprometa com um programa de ajuste. Como uma espécie de FMI interno, o governo negociaria metas para o saneamento das contas estaduais.

O líder do PPR, Francisco Dornelles (RJ), apóia a idéia e

considera que é indispensável que a renegociação seja feita "caso a caso." Para ele, alguns Estados estão insolventes. "O governo vai ter que exigir mais de uns do que de outros, pois somente assim conseguirá fazer justiça", afirmou.

O líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL), acha que o Senado não pode mais tratar a renegociação das dívidas da forma genérica como vinha fazendo até agora. "A reunião do Palácio do Alvorada mostrou que os governadores, que são os principais interessados, aceitam negociar a questão caso a caso", afirmou. "O Senado vai certamente mudar seu entendimento", acrescentou. Para Álvares, não se pode discutir a questão apenas pela perspectiva

de repassar as dívidas estaduais para o Tesouro Nacional. "E o Tesouro repassa para quem?"

O líder do PSDB na Câmara, José Aníbal, considera que, na renegociação das dívidas, os Estados e municípios precisam apre-

sentar contrapartidas. A preocupação do líder tucano é, principalmente, forçar as entidades da Federação a um esforço de arrecadação. "Tem muito Estado e muito município vivendo dos Fundos de Participação."

O relator da resolução do Senado que vai tratar da rolagem das dívidas dos Estados e municípios, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), tem um entendimento diferente. "Essa renegociação precisa ter critérios gerais", advertiu, mesmo reconhecendo que o assunto precisa ser tratado caso a caso. "O governo sempre disse que iria tratar do problema das dívidas caso a caso, mas até agora está levando a coisa com a barriga", disse.

Ribamar Oliveira/AE



José Paulo Lacerda/AE



Roberto Castro/AE

Estados terão de
cortar gastos,
aumentar
arrecadação e
privatizar